

19 a 21 de outubro Ponta Grossa - PR - Brasil

ESTÁGIO NÃO-OBIGATORIO: UM ESTUDO SOBRE SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES

NON-MANDATORY INTERNSHIP: A STUDY ON ITS CONTRIBUTIONS TO THE STUDENT'S ACADEMIC AND PROFESSIONAL TRAINING

GESTÃO DE PESSOAS: MODELOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DE/EM GESTÃO DE PESSOAS

Bruno Schubert Nascimento, Univali, Brasil, bruno_nascimento@edu.univali.br

Patricia Dias da Silva, Univali, Brasil, patydias782@gmail.com

Pedro Vítor de Deus Pacífico, Univali, Brasil, pedrovit19@hotmail.com

Tifany Claudino Eufrazio, Univali, Brasil, tifany.eufrazio@gmail.com

Suzete Antonieta Lizote, Univali, Brasil, lizote@univali.br

Resumo

Este estudo teve como objetivo identificar as contribuições do estágio não-obrigatório para a formação acadêmica e profissional dos estudantes de uma universidade comunitária do Sul do Brasil. A teoria foi baseada nos aspectos da Lei nº 11.788/08, que regulamenta os estágios. Metodologicamente, considera-se um estudo descritivo realizado por meio de levantamento. A amostra esteve constituída por 48 discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis de uma universidade comunitária do Sul do Brasil que estão fazendo ou já fizeram estágio-não obrigatório. Para análise dos dados foram aplicadas técnicas estatísticas descritivas. Os resultados apontaram que a maioria dos entrevistados buscou realizar o estágio para adquirir experiência profissional. De forma geral, na percepção dos discentes, o estágio contribui ou contribuiu de forma positiva para a formação acadêmica, com destaque para a questão que afirmava que ele serve ou serviu como ferramenta para ampliar o conhecimento na área em que está atuando ou já atuou. Por fim, no que tange a formação profissional, também a contribuição é positiva, com ênfase no questão sobre a possibilidade de ser admitido em outros empregos com mais facilidade, devido a experiência profissional adquirida com a realização do estágio.

Palavras-chave: Estágio não-obrigatório; Formação Acadêmica; Formação Profissional.

Abstract

This study aimed to identify the contributions of the non-mandatory internship to the academic and professional training of students at a community university in southern Brazil. The theory was based on aspects of Law No. 11,788 / 08, which regulates the non-mandatory internship. Methodologically, it is considered a descriptive study carried out by means of a survey. The sample consisted of 48 students from the undergraduate course in Accounting Sciences from a community university in southern Brazil who are doing or have already done a non-mandatory internship. For data analysis, descriptive statistical techniques were applied. The results showed that most of the interviewees sought to carry out the internship to acquire professional experience. In general, in the perception of students, the internship contributes positively to academic education, with emphasis on the issue that stated that it serves or has served as a tool to expand knowledge in the area in which it is working or has already worked. Finally, with regard to professional training, the contribution is also positive, with an emphasis on the question of the possibility of being admitted to other jobs more easily, due to the professional experience acquired with the completion of the internship.

Key words: Non-mandatory internship; Academic Education; Professional Training.

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho, na busca por produtividade e resultados, exige profissionais com capacidades para produzir e compartilhar o conhecimento. Neste sentido, Colombo e Ballão (2014) afirmam que as pessoas são os ativos mais importantes em uma entidade. Para os referidos autores, a formação educacional e profissional dos jovens prepara-os de forma condizente para atuarem com eficiência e eficácia nas atividades que irão desempenhar, contribuindo assim para gerar vantagem competitiva.

Ao adentrar no ambiente universitário, o graduando se depara com muitas dúvidas acerca de seu futuro profissional e acadêmico. Estas incertezas, de acordo com Lima e Aroeira (2011) estão relacionadas a sua permanência no curso escolhido, carreira profissional em que irá seguir pela grande amplitude de oportunidades que o curso proporciona e, até mesmo, entender a correlação de cada teoria estudada em sala com a aplicação no ambiente de trabalho. Além disso, encontram dificuldades quando tentam ingressar no mercado de trabalho enquanto graduandos, devido a exigência de experiência profissional por parte dos empregadores.

Durante o desenvolvimento das relações de trabalho e das políticas públicas no campo da educação brasileira, Fujino e Vasconcelos (2011), esclarecem que o estágio surgiu como a possibilidade/necessidade de integrar a formação escolar à aquisição de experiência no próprio campo de formação do ambiente não escolar. Em síntese, pode-se dizer que é “uma forma de integração entre o que a pessoa aprende na escola e aplica na prática na empresa” (Martins, 2012, p. 15).

O estágio é importante por proporcionar ao acadêmico a chance de colocar em prática a teoria estudada em sala de aula, entender a importância na sua carreira profissional de cada conteúdo exposto pelo corpo docente assim como, refletir sobre a sua escolha profissional. Além disso, conforme aponta Valsechi (2016), ele contribui para uma vivência profissional, permitindo desenvolver o relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho, obter uma visão do que acontece dentro de uma organização e absorver conhecimentos do dia a dia da profissão, que constituem elementos importantes para o desenvolvimento e aprendizagem do acadêmico.

Diante do contexto descrito este estudo buscou resposta ao seguinte questionamento: quais são as contribuições do estágio não-obrigatório para a formação acadêmica e profissional dos estudantes de uma universidade comunitária do Sul do Brasil? Para tanto, foi definido como objetivo geral identificar as contribuições do estágio não-obrigatório para a formação acadêmica e profissional dos estudantes de uma universidade comunitária do Sul do Brasil.

A abordagem dessa temática deve-se as novas exigências que estão sendo colocadas para o ensino superior, dentre as quais destaca-se o oferecimento de formação condizente com as constantes transformações do mercado de trabalho. Segundo Ruiz e Martens (2019) o papel das universidades é preparar o aluno para o exercício profissional, criando condições para integrá-lo, sem maiores dificuldades, no mercado de trabalho. Assim, torna-se cada vez mais necessário proporcionar aos discentes aprendizagem em situações reais de trabalho desde o início dos estudos. Para tanto, é imprescindível que haja sintonia entre instituição de ensino e estudante.

A justificativa do estudo também está pautada em Polzim e Bernardim (2018) ao colocarem que em função da extensa utilização dessa modalidade como forma de inserção profissional e obtenção de renda por parte dos estudantes, o estágio não-obrigatório demanda estudos que contribuem para compreender o seu papel no processo de transição do ambiente escolar para a prática profissional.

Após esta introdução, o trabalho está estruturado em outras cinco seções. O referencial teórico sobre o tema se apresenta na segunda seção e a abordagem metodológica na seguinte. Na sequência, se analisam os dados e na quinta seção apresentam-se as considerações finais. Por último se listam as referências utilizadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente seção trata dos fundamentos teóricos em que se embasou pesquisa.

2.1 Caracterização do Estágio segundo a Lei nº 11.788/2008

O estágio constitui papel importante na evolução de aprendizagem dos futuros profissionais que se propõem e necessitam estar bem preparados para os obstáculos da sua carreira profissional. A Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que rege a contratação do estagiário, traz a definição de estágio em seu artigo 1º

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos

A supracitada Lei, que vale para as empresas privadas, administração pública e profissionais liberais de nível superior, evidencia as duas modalidades de estágio: obrigatório: quando este for requisito para a obtenção do diploma do curso em andamento; e; não obrigatório: quando é desenvolvido livremente, não sendo requisito para a obtenção do diploma do curso.

Quanto a contratação de um estagiário há alguns parâmetros determinados pela legislação vigentes que devem ser observados, dentre as quais destacam-se que qualquer aluno que esteja nos anos finais do ensino fundamental, do ensino profissional, do ensino médio regular ou profissional e estudante de ensino superior, pode se candidatar a uma vaga de estágio. Sendo a contratação formalizada através do Termo de Compromisso de Estágio. Tal documento deverá ser assinado pela Instituição de ensino, pela empresa contratante e pelo aluno. A duração do contrato celebrado, deverá ser de no máximo 2 anos, exceto quando o estagiário possuir alguma deficiência.

A referida Lei também determina que no caso de estudantes de nível superior, foco de nossa pesquisa, a carga horária é limitada a 30 horas semanais (6 horas por dia), podendo ser cumprida em mais de uma organização, desde que não exceda o limite estabelecido por lei.

Como as contratações de estagiários não são regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), estas não geram vínculos empregatícios e assim não há a incidência dos encargos sociais e previdenciários previstos na CLT. A legislação não contempla ao estagiário o direito ao 13º salário. Porém assegura-lhe o direito ao recesso remunerado (férias), sem o abono de 1/3. Mesmo quando o contrato é rescindido antes do término, por qualquer uma das partes (estagiário ou empresa), tal direito é garantido.

O valor da remuneração é definido em comum acordo entre as partes interessadas, portanto não existe um piso mínimo para a bolsa estágio. Ocorrendo faltas ou o não cumprimento das atividades estipuladas em contrato, o estagiário estará sujeito a descontos. A concessão do auxílio transporte é compulsória quando o estágio é não obrigatório, já quando o estágio é obrigatório, a concessão do auxílio transporte passa a ser facultativa.

Obrigatoriamente, o estagiário deve estar acobertado por um seguro de acidentes pessoais, condizente com o valor de mercado.

Ainda que haja uma Lei regulamentando a atividade de estágio, observa-se algumas vantagens e desvantagens. Para as empresas contratantes, a vantagem está na folha mais enxuta, pois sobre o valor pago de bolsa ao estagiário não há incidências previdenciárias. Para as instituições de ensino, que são as intermediárias, a vantagem está no fato de aproximar o aluno com a profissão, auxiliando no processo de aprendizagem. Já para o aluno, que fará o estágio, a vantagem é de aliar a teoria à prática, possibilitando assim uma visão mais amplificada acerca da profissão que deseja seguir. A desvantagem para o aluno é de que poderá perder oportunidades reais de emprego, com uma melhor remuneração.

2.2 Relação entre a Teoria e a Prática do Estágio

As Instituições de Ensino Superior se apresentam como centros reflexivos do saber, com profissionais altamente capacitados, que têm a função de produzir e socializar o conhecimento. Estas instituições são instrumentos de renovação e mudança e, historicamente, contribuem para o avanço da cultura, ciência, tecnologia e inovação técnica e social. Constitui um local propício para a discussão de ideias e ideologias e, também, o espaço intelectual onde o mérito e a competência devem ser os passaportes para o reconhecimento e o sucesso (Etzkowitz, 2003).

Com o objetivo de contemplar o ensino da teoria com a prática, Feitosa e Franco (2006) destacam que podem ser utilizadas diferentes alternativas, permitindo ao estudante ser inserido em um ambiente que lhe proporcione o conhecimento da realidade de trabalho e associação do aprendizado da sala de aula com o conhecimento organizacional. Neste sentido, a formação profissional deve estar atrelada a determinados aspectos, a saber: agir, pensar, refletir, inovar e recriar. No entanto, Schwartz (2001) já colocava que o sucesso desse processo depende da articulação entre a teoria e a prática, o conhecimento e a realidade.

Nesta direção, coloca-se o estágio como uma aproximação com a realidade do mercado de trabalho, assim como uma atividade teórica. Ele deve oferecer a prática da reflexão, que segundo Piconez (2011, p. 25) “[...] tem contribuído para o esclarecimento e o aprofundamento da relação dialética prática-teoria-prática; tem implicado um movimento, uma evolução que revela as influências teóricas sobre as práticas”. Para Festinalli, Canopf e Bertuol (2007) o estágio pode apresentar diferentes formas e resultados que dependem inclusive da concepção teórico-prática presente no processo de ensino-aprendizagem de cada curso.

A relação entre a teoria e a prática, conforme já apontavam Bianchi, Alvarenga, Bianchi, (2001) além dos benefícios para o discente, proporciona vantagem para a instituição de ensino, pois como o estágio envolve supervisão e correção, pode auxiliar na melhoria do ensino e na revisão de currículos de cursos. Corroboram com essa afirmação Almeida, Lagemann e Souza (2006) ao observarem que os resultados dos relatórios de estágio possibilitam o redirecionamento ou revisão de conteúdos acadêmicos que não possuem aplicabilidade nas organizações. Complementam informando que essa medida não somente permite a formação de profissionais mais preparados, mas, também, a constante oxigenação das estruturas curriculares.

Há um campo ideal representado pela teoria, e um campo material identificado como prática. Porém, neste sentido, Murari e Helal (2009) salientam que praticar a profissão significa considerar a unidade entre a teoria apreendida e a prática a ser desenvolvida. A prática inclui a análise teórica da realidade como ponto de partida e de chegada e as duas constituem o núcleo articulador da formação profissional. Essa reflexão vai ao encontro do questionamento reconstrutivo que já havia sido proposto por Demo (2007), que busca formar a consciência crítica e o contestamento próprio, fazendo do questionamento o caminho de mudança.

3 METODOLOGIA

Nesta seção são apresentados os procedimentos que foram utilizados para a realização da pesquisa bem como as técnicas metodológicas para a obtenção dos resultados esperados. Marconi e Lakatos (1996, p. 36) afirmam que “pesquisar não é apenas procurar a verdade; é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos”.

Quanto ao objetivo do estudo, caracteriza-se como descritivo. As pesquisas descritivas segundo Gil (2010), utilizam-se de técnicas para a coleta das informações de acordo com padrões, como o questionário por exemplo, e buscam identificar características de uma determinada amostra de estudo. Em relação aos procedimentos técnicos, enquadra-se como levantamento. Para Roesch (2007, p. 137) “[...] em levantamentos, o objetivo é obter informações sobre uma população”.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema pode ser considerado um estudo quantitativo. Este método “[...] considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas [...]” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 69). Através da estatística descritiva se apresenta a explicação dos dados obtidos em relação as contribuições que o estágio não-obrigatório proporciona ou proporcionou aos acadêmicos.

O instrumento de pesquisa foi direcionado aos discentes do curso de Graduação em Ciências Contábeis de uma Universidade Comunitária do Sul do Brasil via correio eletrônico com auxílio da ferramenta do *Google Docs*, no período 01 a 20 de abril de 2020. A população esteve composta por 316 discentes. Desta, foram selecionados apenas os alunos que estavam fazendo ou já fizeram estágio não-obrigatório, resultando em uma amostra de 48 respondentes os quais estavam devidamente matriculados desde o quarto até o oitavo período.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário, o qual foi dividido em quatro blocos. O primeiro, referente ao perfil dos respondentes. O segundo buscou avaliar o grau de importância para o acadêmico ao procurar o estágio não-obrigatório, no qual as asseverações eram respondidas utilizando-se uma escala do tipo Likert, sendo: (1) sem importância; (2) pouco importante; (3) importante e (4) muito importante. O terceiro e quarto bloco as perguntas foram respondidas utilizando-se também uma escala do tipo Likert, sendo: (1) discordo totalmente; (2) discordo parcialmente; (3) não concordo nem discordo; (4) concordo parcialmente; e (5) concordo totalmente, as quais visaram identificar as contribuições do estágio não obrigatório para sua formação acadêmica e profissional, respectivamente.

Para análise dos dados do terceiro e quarto blocos, à cada afirmativa foi atribuída uma pontuação, sendo a mínima de 48 e máxima de 240 pontos para cada asseveração. Este valor é obtido pela multiplicação da menor e maior valoração possível por questão pelo total de respondentes apurados (48). Para efetuar as análises descritivas com base na frequência das respostas, os dados coletados foram digitados em uma planilha eletrônica Excel®.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico estão descritos e analisados os dados levantados, conforme detalhado anteriormente na metodologia.

4.1 Perfil dos Respondentes

Inicialmente, no primeiro bloco analisado buscou-se investigar sobre o perfil dos discentes participantes da pesquisa. Os resultados são apresentados no Quadro 01.

Quadro 01- Perfil dos respondentes

Questionamentos	Opções e faixas	Nº de Respondentes	%
Sexo	Masculino	19	39,58%
	Feminino	29	60,42%
Faixa Etária	Até 19 anos	8	16,67%
	De 20 a 29 anos	35	72,92%
	De 30 a 39 anos	5	10,42%
	De 40 a 55 Anos	0	-
	Acima de 55 anos	0	-
Renda Pessoal	Até R\$ 1.000,00	29	60,42%
	De R\$ 1.000,00 a R\$ 3.500,00	18	37,50%
	Acima de R\$ 3.501,00	1	2,08%
Moradia	Sozinho	1	2,08%
	Com os pais	38	79,17%
	Com familiares ou amigos	3	6,25%
	Com cônjuge	6	12,50%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação ao sexo, se verifica a predominância das mulheres, com 29 respondentes, representando 60,42% da amostra. Referente a faixa etária, a maior parte dos respondentes (35) têm idade entre 20 e 29 anos. No que tange, a renda financeira durante execução do estágio observa-se que a maioria recebe ou recebeu até R\$ 1.000,00 mensais. Cabe salientar que a Lei 11.788/2008 não determina um piso salarial para os estagiários, mas sim acordo entre as partes.

Por fim, percebe-se que a maioria dos estudantes moram com seus pais, correspondendo a 79,17%. Isto pode ser explicado por dois pontos já ressaltados nesta pesquisa, a faixa etária e a baixa renda, o que faz com dependam financeiramente da ajuda de terceiros.

4.2 Motivos para Fazer o Estágio Não-Obrigatório

Na sequência dos questionamentos, conforme se evidenciam os resultados no Quadro 02, foram apresentados alguns itens para que os acadêmicos enumerassem por ordem de importância os motivos que cada um teve ao procurar um estágio não-obrigatório.

Quadro 02 – Motivos para fazer o estágio não-obrigatório

Motivo	Sem importância (%)	Pouco importância (%)	Importante (%)	Muito importante (%)
Adquirir experiência profissional	0	3	11	86
Conhecer na prática a área de formação	0	5	16	79
Adquirir novos conhecimentos	0	5	19	76
Desenvolver habilidades e competências profissionais	0	7	19	74
Melhorar meu currículo	0	8	20	72
Entrar no mercado de trabalho	2	8	29	61
Possibilidade de efetivação futura	7	13	42	38
Necessidade financeira	25	15	29	31
Repensar a área de formação escolhida	13	28	33	26

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Com base nos dados do Quadro 02, se verifica que a maioria dos respondentes procuraram realizar o estágio não-obrigatório para adquirir experiência profissional. Estes achados convergem com a pesquisa de Lavall e Barden (2014). Neste sentido, Maçaneiro (2004) aponta que o estágio não-obrigatório é um elo entre a vida de estudante e o mercado de trabalho, sendo uma espécie de iniciação profissional. Nesta perspectiva, Feitosa e Franco (2006) acreditam que

o mundo acadêmico, cada vez mais, se preocupa em harmonizar a articulação da teoria com a prática, buscando reduzir a distância entre o que é ensinado e o que acontece na prática.

Importante destacar que o item com menos importância foi o de repensar a área de formação escolhida. Infere-se, desta forma, que os discentes pesquisados estão certos da profissão escolhida.

4.3 Contribuições do Estágio Não-Obrigatório para a Formação Acadêmica

O estágio não-obrigatório possibilita os estudantes passarem por experiências práticas no mercado de trabalho, complementando sua formação acadêmica. Os resultados referentes as contribuições do estágio não-obrigatório para a formação acadêmica estão evidenciados no Quadro 03.

Quadro 03 – Formação Acadêmica

Asseveração	Pontuação máxima	Pontuação alcançada	% pontuação alcançada
O estágio me oferece/ofereceu ferramentas para ampliar o meu conhecimento na área em que estou/estava atuando.	240	191	79,58%
A convivência na universidade contribui/contribuiu para a relação interpessoal no ambiente de trabalho.	240	183	76,25%
As atividades do estágio aumentam/aumentaram meu senso crítico dentro da universidade.	240	182	75,83%
Com a carga horaria do estágio tenho/tive tempo suficiente para me dedicar a vida acadêmica.	240	174	72,50%
O estágio proporciona/proporcionou maior absorção dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula	240	172	71,67%
Consigo/conseguí identificar práticas de estudo no meu ambiente de trabalho.	240	168	70,00%
As atividades desenvolvidas no estágio contribuem/contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico.	240	167	69,58%
As atividades desenvolvidas dentro da instituição de ensino, tem acompanhado o mercado de trabalho.	240	163	67,92%
O estágio auxilia/auxiliou a confirmar/repensar a escolha do curso da graduação.	240	161	67,08%
A realidade do estágio condiz/condizia com o que é passado em sala de aula.	240	152	63,33%
O estágio me proporciona/proporcionou uma participação mais ativa na universidade.	240	132	55,00%
Me sinto/sentiria apto ao mercado de trabalho, apenas com o conhecimento desenvolvido pela parte acadêmica.	240	105	43,75%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os resultados apresentados no Quadro 03, de forma geral, mostram um alto índice de contribuição do estágio na formação acadêmica, pois apenas um item esteve com pontuação inferior a 50% da pontuação máxima. Para os discentes pesquisados, um dos itens que mais se destaca na sua formação acadêmica é que o estágio está ampliando o conhecimento na sua área de atuação, com 79,58% da pontuação máxima. Estes achados vão de encontro as colocações de Lavall e Barden (2014), ao pontuarem que o estágio não obrigatório trata-se de aprendizagem, mas com características específicas, como elemento integrador e interdisciplinar, oportunizando a inserção de alunos na realidade profissional existente.

Outra asseveração que obteve alta pontuação foi que o estágio aumenta o senso crítico do discente na universidade (75,83%). Neste sentido, Aroeira (2014) defende o processo de reflexão, como forma de superar dicotomia entre o pensar e o fazer, proporciona o

desenvolvimento do pensamento crítico, elemento facilitador de estratégias para o pensar autônomo diante do conhecimento.

Um aspecto que merece ser analisado é que os conhecimentos adquiridos pela parte acadêmica não contribuem muito para que o estagiário esteja apto ao mercado de trabalho, conforme percentual de 43,75% dos pontos alcançados. Estes resultados confirmam as respostas evidenciadas anteriormente sobre os motivos da procura do estágio, no qual destacou-se a aquisição de experiência profissional.

4.4 Contribuições do Estágio Não-Obrigatório para a Formação Profissional

A prática profissional contribui para a obtenção de experiências tanto na dimensão específica da profissão quanto no âmbito social. No Quadro 04 se exibem os resultados referentes as contribuições do estágio não-obrigatório para a formação profissional dos discentes pesquisados.

Quadro 04 – Formação Profissional

Questionamento	Pontuação máxima	Pontuação alcançada	% pontuação alcançada
Acho/achei importante ser/ter sido estagiário, para posteriormente ser admitido em outros empregos com mais facilidade, devido a experiência profissional.	240	205	85,42%
O estágio permite/permitiu conhecer a realidade do mercado de trabalho.	240	202	84,17%
O convívio com profissionais já formados proporciona/ proporcionou maior aprendizado no desenvolvimento das tarefas do estágio.	240	196	81,67%
Considero-me/considerava-me preparado/a para desenvolver as atividades de estágio.	240	196	81,67%
O estágio possibilita/possibilitou o desenvolvimento das habilidades e competências requeridas ao profissional da área que atuo/atuei.	240	192	80,00%
Minhas atividades de estágio estão/estavam de acordo com as estipuladas em meu contrato.	240	187	77,92%
As atividades desenvolvidas no meu estágio proporcionam/ proporcionaram relevância no trabalho.	240	184	76,67%
Há/houve um feedback da parte do supervisor em relação ao meu desempenho como estagiário.	240	181	75,42%
Durante o estágio me sinto/senti valorizado/a na empresa.	240	172	71,67%
Sinto/senti que as tarefas/responsabilidade que me foram atribuídas estão/ estiveram acima do adequado para um estágio.	240	142	59,17%
Sofro/sofri algum tipo de discriminação por ser estagiário/a.	240	91	37,92%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os resultados apresentados no Quadro 04, referentes as contribuições profissionais do estágio, da mesma forma que nas contribuições acadêmicas, de modo geral, as asseverações em sua maioria atingiram índices superiores a 70% da pontuação máxima.

Observa-se convergências entre as contribuições acadêmicas e profissionais, pois em ambas houve destaque para a experiência profissional. Estes resultados vão de encontro as colocações de Pimenta (2012, p. 45) ao pontuar que a finalidade do estágio é “[...] proporcionar ao aluno uma aproximação à realidade na qual atuará”. Buriolla (1995) já mencionava que o estágio é o *locus* onde a identidade profissional do aluno é gerada e volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica.

Diante do exposto, percebe-se a importância do discente - futuro profissional - conhecer o mercado de trabalho e as pessoas e organizações que o cercam, pois o conhecimento teórico e prático, está se transformando no recurso que agrega valor às empresas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio, sendo obrigatório ou não, se faz presente na vida acadêmica e se torna uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho e no desenvolvimento de habilidades profissionais. O seu desenvolvimento favorece ao estudante aliar a teoria à prática, possibilitando, desta forma, ter uma visão mais ampla da profissão que irá atuar.

Desta forma, este estudo teve como tema o estágio não-obrigatório o qual buscou responder a seguinte questão: quais são as contribuições do estágio não-obrigatório para a formação acadêmica e profissional dos estudantes?

Os resultados, em relação ao perfil dos respondentes, evidenciaram que a amostra esteve representada por 60% do sexo feminino; a faixa etária, predominante foi entre 20 a 29 anos; a renda da maioria dos respondentes durante o estágio foi de até R\$ 1.000,00 e mais de 80% dos discentes moram com os pais.

A cerca dos motivos que o levaram a procurar um estágio não-obrigatório, se constatou que os acadêmicos tiveram como foco o aperfeiçoamento profissional, buscando uma experiência de trabalho, o desenvolvimento de habilidades e competências, a melhoria de currículo, a facilidade de entrada no mercado de trabalho e o conhecimento prático da área de formação.

De forma geral, na percepção dos discentes, o estágio não-obrigatório contribuiu de forma positiva para a formação acadêmica, com destaque para a questão que afirmava que ele serve ou serviu como ferramenta para ampliar o conhecimento na área em que está atuando ou já atuou. Por fim, no que tange a formação profissional, também a contribuição é positiva, com ênfase na questão sobre a possibilidade de ser admitido em outros empregos com mais facilidade, devido a experiência profissional adquirida com a realização do estágio.

Como limitação da pesquisa, destaca-se a dificuldade na coleta de dados, visto que por conta da pandemia da Covid-19, a pesquisa não pôde ser aplicada presencialmente, mas por meio *online*. Fato este que tornou a amostra pequena, ao passo que se fosse aplicado pessoalmente em sala de aula, a amostra certamente seria maior.

Para estudos futuros, se sugere investigar outros cursos de graduação, avaliando as mesmas questões sobre as percepções dos acadêmicos em relação ao estágio não-obrigatório. Uma segunda sugestão, seria uma pesquisa aplicada para as contabilidades, visando medir a satisfação do serviço prestado pelo estagiário na organização.

REFERÊNCIAS

Almeida, D. R.; Lagemann, L.; Souza, S. V. A. (2006). A importância do estágio supervisionado para a formação do administrador. In: XXX Encontro Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD. *Anais...* Salvador: 2006. CD-ROM

Aroeira, K. P. (2014). Estágio supervisionado e possibilidades para uma formação com vínculos colaborativos entre a universidade e a escola. In: Almeida, M. I. de, Pimenta, S. G. *Estágio supervisionado na formação docente*. São Paulo: Cortez.

Bianchi, A. C. Alvarenga, M., Bianchi, R. (2001). *Manual de orientação: estágio supervisionado*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Brasil. Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Capturado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111788.htm

Buriolla, M. A. F. (1995). *Estágio Supervisionado*. São Paulo: Cortez.

Colombo, I. M., Ballão, C. M. (2014). Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. *Educar em Revista*, 53, 171-186.

Demo, P. (2007). *Educar pela pesquisa*. (8a. ed.), Campinas: Autores Associados.

Etzkowitz, H. (2003). Research groups as “quasi-firms”: the invention of the entrepreneurial university. *Research Policy*, 32(1), 109-121.

Feitosa, M. G. G., Franco, A. P. (2006). Da sala de aula de aula ao mundo empresarial: compreendendo a aprendizagem dos consultores juniores em suas relações com o sistema cliente. In: Encontro Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, XXX, 2006, Salvador-BA. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2006. CD ROM.

Festinalli, R. C., Canopf, L., Bertuol, O. (2007). Inquietações sobre o estágio supervisionado e a formação do administrador. In: : XXXI Encontro Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD. *Anais...* Rio de Janeiro: 2007. CD-ROM

Fujino, A., Vasconcelos, M. de. (2011). Estágios: reflexões sobre a ação didático-pedagógica na formação do profissional da informação. *Revista CRB-8 Digital*, 4(1), 40-58. Capturado de <http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital>

Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (5a. ed.), São Paulo: Atlas.

Lavall, J., Barden, J. E. (2014). Estágio não-obrigatório: contribuições para a formação acadêmica e profissional do estudante da UNIVATES. *Revista GUAL*, 7(2), 47-68.

Lima, M. S. L., Aroeira, K. P. (2011). O estágio curricular em colaboração, a reflexão e o registro dos estagiários: um diálogo entre a universidade e a escola. In: Gomes, M. de O. (Org.). *Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão*. São Paulo, Loyola.

Maçaneiro, M. B. (2004). Estágio curricular supervisionado: uma proposta ao curso de secretariado executivo. *Revista Capital Científico*, 2(1), 97-108.

Marconi, M. A., Lakatos, E. M. (1996). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas.

Martins, S. P. (2012). *Estágio e relação de emprego*. (3a. ed.), São Paulo: Atlas.

Murari, J. De M. F., Helal, D. H. (2009). O estágio e a formação de competências profissionais em estudantes de Administração. *Revista Gestão e Planejamento*, 10(2), 262-280.

Piconez, S. C. B. (2011). *A prática de ensino e o estágio supervisionado*. (11. ed.), São Paulo: Papyrus.

Pimenta, S. M. G., Lima, M. S. L. (2012). *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez.

Polzin, F. R., Bernardim, M. L. (2018). Estágio não-obrigatório: um estudo com universitários do curso de Administração. *Diálogo*, 37, 83-97.

Prodanov, C. C., Freitas, E. C. de. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. (2a. ed.), Novo Hamburgo: Universidade Freevale.

Roesch, S. M. A. (2007). *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso*. (3a. ed.), São Paulo: Atlas.

Ruiz, S. M. de A., Martens, C. D. P. (2019). Universidade empreendedora: proposição de modelo teórico. *Desenvolvimento em Questão*, 17(48), 121-138.

Schwartz, M. A. M. (2001). Contribuição do estágio supervisionado no desenvolvimento de aptidões e formação de competências. *Revista Diálogo Educacional*. 2(4), 105-111.

Valsechi, M. C. (2016). *Afinal, o que é estágio supervisionado? De labirinto a entrelugar: o estágio proposto pela universidade na visão dos estagiários*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Unicamp.